

## CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

### 109ª Reunião

Data: 23 de novembro de 2022

Reunião realizada por videoconferência através do aplicativo Teams.

#### Lista de Presença

##### *Membros da Câmara de Compensação Ambiental*

Composição	Nome	Presença
Subsecretário de Meio Ambiente	Eduardo Trani	P
Representante SIMA	Claudia Sorge	P
Representante SIMA	Fábio Aurélio Aguilera Mendes	P
Representante SIMA	José Ronal Moura de Santa Inez	P
Representante CETESB	Iracy Xavier da Silva	P
Representante CONSEMA	Daniel Smolentzov	P
Representante Sociedade Civil	Francisco de Godoy Bueno	P
Representante Sociedade Civil	Ricardo Rodrigues	P

##### *Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental*

Composição	Nome	Presença
Secretário Executivo CCA	Alexandre Uehara	P
Oficial Administrativo	Egle Corabi	-

##### *Participantes da Reunião*

Instituição	Nome
Fundação Florestal	Rodrigo Levkovicz
Fundação Florestal	Nanci Cortazzo Mendes
Fundação Florestal	Isaias Jose de Oliveira Filho
Fundação Florestal	Alexandre Marques Oliveira
Fundação Florestal	Daniel Raimondo e Silva
Fundação Florestal	Danilo Angelucci de Amorim
Fundação Florestal	Diego Hernandez R. Laranja
Fundação Florestal	Esllen Moreira da Silva
Fundação Florestal	Jorge de Andrade Freires
Fundação Florestal	Lafaiete Alarcon da Silva
Fundação Florestal	Lucia Manzatti
Fundação Florestal	Patrícia Cristiane Camargo Rodrigues
Fundação Florestal	Priscila Saviolo Moreira
Fundação Florestal	Olivia Leopardi M. de Goes e Vasconcellos
Fundação Florestal	Tatiana Vieeira Bressan
Fundação Florestal	Waldnir Gomes Moreira
Instituto de Pesquisas Ambientais	Valeria Augusta Garcia
Instituto de Pesquisas Ambientais	Alethea Ernandes Martins Sallun

Instituto de Pesquisas Ambientais	Cynthia Fernandes Pinto da Luz
Instituto de Pesquisas Ambientais	Nivea Aparecida da Silva Oliveira
Coord. de Parques e Parcerias	Ana Lucia Santana Seabra

## RESUMO DA REUNIÃO

### 1. APROVAÇÃO ATA DA 108ª REUNIÃO DE 24/08/2022

A Ata da 108ª Reunião foi aprovada pela CCA.

### 2. INFORMES

**2.1.** Informe sobre a destinação de recursos do Fundo Especial de Despesa para Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais – FPBRN, em cumprimento às deliberações da 108ª Reunião:

**2.1.1.** Plano de Trabalho para “**Pagamento por Serviços Ambientais da Palmeira Juçara (PSA Juçara)**” no valor de R\$ 2.468.400,00 - Fundação Florestal.

- Rendimentos da Compensação Ambiental depositados no FPBRN, conforme art. 10º do Decreto nº 65.486/2021 – R\$ 2.468.400,00.

**2.1.2.** Plano de Trabalho para “**Manejo Reprodutivo de Capivaras (Hydrochoerus Hydrochaeris) no PE Ilha Anchieta**” no valor de R\$ 195.000,00 - Fundação Florestal.

- Duplicação Rodovia dos Tamoios - Trecho Serra - Prioridades 1, 2, 3 e 2A - Complemento – Proc. nº 98/2011 - R\$ 195.000,00

**2.1.3.** Plano de Trabalho para “**Manejo reprodutivo de Sagui do tufo preto (Callithrix penicillata) no PE Ilha Anchieta**” no valor de R\$ 695.404,96 - Fundação Florestal.

- Duplicação Rodovia dos Tamoios - Trecho Serra - Prioridades 1, 2, 3 e 2A - Complemento – Proc. nº 98/2011 - R\$ 695.404,96

**2.1.4.** Plano de Trabalho para “**Estruturação do Monumento Natural Estadual Mantiqueira Paulista**” no valor de R\$ 181.800,00 - Fundação Florestal.

- Gasoduto Caraguatatuba - Taubaté (GASTAU) (Lic IBAMA), Proc. Ibama nº 02001.005436/2005-23 - R\$ 181.800,00

**2.1.5. Plano de Trabalho para “Adequação nas Estruturas e Infraestruturas da FEENA” no valor de R\$ 3.266.739,82 - Fundação Florestal.**

- Aeroporto de Viracopos, Proc. 13.784/2000 - R\$ 2.993.502,98
- Espaço Gaia - Condomínio Círius – Proc. nº 115/2016 - R\$ 132.980,67
- Loteamento Reserva Dom Pedro - Proc. nº 2.975/2009 - R\$ 8.969,22
- Perimetral de Itatiba - Fase 3 - km 5+960 ao km 8+100 – Proc. 115/2014 - R\$ 131.286,95

**2.1.6. Plano de Trabalho para “Aquisição de Drones com câmera termal e zoom para o Monitoramento de Biodiversidade, apoio ao combate a incêndios em vegetação nativa e atividades de proteção e mapeamento” no valor de R\$ 695.481,00 - Fundação Florestal.**

- CPTM - Linha 13 Jade (Antigo projeto Expresso Aeroporto) – Complemento - Proc. nº 13.735/2007 - R\$ 77.275,67
- Duplicação Rodovia dos Tamoios - Trecho Serra - Prioridades 1, 2, 3 e 2A - Proc. nº 98/2011 - R\$ 77.275,67
- Duplicação Rodovia Dona Leonor Mendes de Barros - SP-333 - Proc. nº 81/2018, - R\$ 77.275,67
- TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo – Proc. nº 107/2018 - R\$ 154.551,31
- Loteamento Reserva Dom Pedro - Proc. nº 2975/2009 - R\$ 231.827,01
- Açucareira Virgulino II – Proc. nº 1392/2008 - R\$ 77.275,67

**2.1.7. Plano de Trabalho para “Contratação de Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins, Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Unidade de Conservação do PE Fontes do Ipiranga – Zona de Uso Especial” no valor de R\$ 78.591,86 (prazo de 3 meses) Complemento - CPP**

- Trecho Leste (SPMAR) - Ano 3 - Lotes 8, 9 e 10 - Proc. nº 6563/200 - R\$ 78.591,86

**2.1.8. Plano de Trabalho para “Contratação de Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins, Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Unidade de Conservação do PE Fontes do Ipiranga – Zona de Uso Especial” no valor de R\$ 2.522.029,32 (prazo 12 meses) - CPP**

- Rendimentos da Compensação Ambiental depositados no FPBRN, conforme art 10º do Decreto nº 65.486/2021 - R\$ 2.522.029,32

**2.1.9. Plano de Trabalho para “Contratação de Empresa para execução de Reforma e Manutenção da Casa da Reserva da Biosfera na Unidade de Conservação do Parque Alberto Löfgren – Zona de Uso Especial” no valor de R\$ 976.060,93 - CPP**

- Rodoanel - Trecho Leste (SPMAR) - Ano 3 - Lotes 8, 9 e 10 - Proc. nº 6563/2009 - R\$ 976.060,93

## 2.2. Informação sobre a assinatura de novos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental:

### 2.2.1. PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI

Proc. Impacto nº 12/2014

Valor: R\$ 8.783,99

TCCA nº 22/2022 - assinado em 18/10/2022

Depositado em 25/10/2022

## 3. EXPEDIENTE PRELIMINAR

**3.1.** Solicitação da Fundação Florestal para o cancelamento do saldo do Plano de Trabalho “**Regularização Fundiária – Aquisições no Parque Estadual Itapetinga**”, no valor de R\$ 18.528.490,66 – Fundação Florestal.

A equipe da Fundação Florestal informou que o cancelamento do plano de trabalho refere-se ao aprovado anteriormente na 89ª Reunião da CCA de 21/12/2017. Justificou que, inicialmente, esse plano era destinado à aquisição de 35 imóveis, dos quais foram feitas avaliações junto ao ITESP, verificando que alguns precisavam de regularização da documentação, outros estavam impedidos e inviabilizavam a negociação. Ainda, registrou-se que alguns não foram contactados, e dois estavam em negociação de venda e um em processo de doação para o Estado. Desse modo, decidiram pelo redirecionamento do recurso para a compra desses 2 imóveis, um com a desapropriação indireta no valor de R\$ 571.062,22, e o outro com aquisição amigável suspensa, tendo em vista o valor da avaliação do imóvel ter sido muito elevada. A Fundação Florestal julgou que seria mais oportuno que se fizesse o cancelamento do presente plano.

Houve destaques feitos pelos Conselheiros a propósito da dificuldade em executar recursos para processos de desapropriação amigável. A Fundação Florestal registrou, entretanto, que executou as demais ações de regularização fundiária, a exemplo dos projetos de georreferenciamento das unidades que estão sendo executados, e as ações de demolições previstas cujo encerramento em campo vêm sendo feitas.

**DELIBERAÇÃO:** Após as justificativas da Fundação Florestal e da informação da parte executada, a CCA deliberou por cancelar o saldo do plano de trabalho para “Regularização Fundiária – Aquisições no Parque Estadual Itapetinga”, no valor de R\$ 18.528.490,66. Os recursos anteriormente destinados para suprir as atividades desse plano de trabalho serão retornados aos empreendimentos originários do FPBRN, ficando disponíveis para novas destinações.

**3.2.** Solicitação da Fundação Florestal para recursos para “**Vigilância e Segurança nas UCs – 2023**” no valor de R\$ 32.752.613,00 e autorização para utilização de saldo de rendimentos financeiros do empreendimento TRANSPETRO, depositados naquela Fundação, no valor de R\$ 35.865,00 para saldar as despesas de 2022 da mesma atividade.

A equipe da Fundação Florestal justificou que se trata da recomposição do valor para a manutenção dos contratos de vigilância, com manutenção de 192 postos, sendo 128 de vigilância e 64 de portaria para o ano de 2023, acrescidos do reajuste anual desses contratos, e solicitou utilizar o saldo de rendimentos de aplicação financeira dos recursos da Transpetro e da Ecovias na despesa de vigilância no exercício de 2022.



O Coordenador Eduardo Trani, sugeriu a aprovação de uma parcela dos recursos referente a 6 meses de contrato, que daria tranquilidade para que a Fundação trabalhasse de dezembro até maio, e que a segunda parcela seja submetida nas reuniões da Câmara no ano que vem.

A equipe da Fundação Florestal e os demais Conselheiros entenderam ser viável a proposta de aprovação pelo período de 6 meses, e que nesse cenário, essa despesa de vigilância monta a R\$ 16.265.622,00 para os primeiros 6 meses de 2023.

**DELIBERAÇÃO:** Após as justificativas apresentadas, a CCA deliberou aprovar a solicitação da Fundação Florestal para utilização dos rendimentos financeiros do empreendimento Transpetro e depositados naquela Fundação, até o seu resgate total, para saldar as despesas de 2022 para “Vigilância e Segurança nas UCs – 2022” e aprovar e destinar recursos para suprir 6 meses dessa mesma atividade “Vigilância e Segurança nas UCs – 2023”, no valor de R\$ 16.265.622,00.

Os recursos necessários para suprir essas atividades serão provenientes do FPBRN.

**3.3. TIJOÁ – UHE 3 Irmãos** – Regularização das condicionantes do licenciamento do empreendimento, alterando para a compensação ambiental do art.36 do SNUC.

O Conselheiro Fábio Aguilera informou tratar-se de obrigações do licenciamento ambiental do empreendimento UHE 3 Irmãos, de responsabilidade da empresa TIJOÁ. Informou que é uma compensação ambiental ainda da época do CONSEMA, anterior à Lei 9.985/2000 do SNUC e, portanto, não havia a sistemática da Câmara de Compensação. Informou que consistia em obrigação de fazer por parte da empresa que, ao decorrer do tempo, acabaram mostrando-se inexequíveis. A proposta é converter essa obrigação de fazer em depósito na conta do FPBRN e seguir o modelo adotado que temos hoje na CCA: a Fundação Florestal apresentando os planos de trabalho, a Câmara aprovando para execução o recurso aplicado no Fundo e condicionando que esses planos de trabalho têm que ter vinculação à área do impacto ambiental por conta do empreendimento.

**DELIBERAÇÃO:** Após a exposição do caso em tela e de sua justificativa, a CCA deliberou por aprovar a solicitação da empresa Tijoá de substituição de condicionantes do licenciamento ambiental do empreendimento UHE 3 Irmãos por pagamento pecuniário de valor correspondente a essas condicionantes, conforme calculado pela Fundação Florestal juntamente com a empresa, e que a utilização do recurso a ser depositado no FPBRN, seja atrelado especificamente às Unidades de Conservação da região do empreendimento.

#### **4. PLANOS DE TRABALHO**

**4.1.** Plano de Trabalho para “**Planejamento e Implantação de Estrutura para Consolidação do Sistema de Atrativos e Trilhas em Unidades de Conservação sob gestão da Fundação Florestal – PETAR**”, no valor de R\$ 2.092.871,59 – FF.

**DELIBERAÇÃO:** Após a explanação do plano e da informação de que o recurso solicitado provém da economia de licitação de plano anteriormente aprovado para essa mesma finalidade em outras Unidades de Conservação, a CCA deliberou aprovar o Plano de Trabalho para “Planejamento e Implantação de Estrutura para Consolidação do Sistema de Atrativos e Trilhas em Unidades de Conservação sob gestão da Fundação Florestal – PETAR”, no valor de R\$ 2.092.871,59, autorizando a utilização desse referido saldo de economia para suprir as atividades do Plano de Trabalho.

Relatoria: José Ronal Moura de Santa Inez

**4.2. Plano de Trabalho para “Aquisição de bens e a contratação de serviços de produção de vídeo institucional, confecção e impressão de cartilha sobre o plano de manejo e confecção e instalação de placas de orientação e sinalização para o PE Jurupará e APA Itupararanga”, no valor de R\$ 850.543,33 – FF. Em substituição ao Plano de trabalho para “Caracterização, diagnóstico socioambiental e definição de instrumentos ASPE Jurupará-Caucaia” - FF**

A equipe da Fundação Florestal justificou que o presente Plano de Trabalho está sendo apresentado em substituição ao Plano de Trabalho para “Caracterização, diagnóstico socioambiental e definição de instrumentos para conservação ambiental das localidades pertencentes à zona de amortecimento do PE Jurupará e da Área Sob Proteção Especial ASPE Jurupará-Caucaia”, no valor de R\$ 600.000,00, aprovado anteriormente na 75ª Reunião, e que os recursos para sua execução foram transferidos para a Fundação Florestal naquela época e que ao longo desses últimos anos a Fundação Florestal vem discutindo alternativas para esse plano de trabalho em função das atuais necessidades dessas UCs.

**DELIBERAÇÃO:** Após a apresentação do Plano de Trabalho e com a justificativa da necessidade do trator retroescavadeira para as demolições, no âmbito do Programa de Regularização Fundiária do PE Jurupará, além da recuperação ambiental dessas áreas, na manutenção das estradas internas do Parque e para utilização para ações da Operação Corta-Fogo, e ainda justificado pela eventual possibilidade de desmobilização do equipamento para utilização em outras UCs, a CCA deliberou aprovar o Plano de Trabalho “Aquisição de bens e a contratação de serviços de produção de vídeo institucional, confecção e impressão de cartilha sobre o plano de manejo e confecção e instalação de placas de orientação e sinalização para o PE Jurupará e APA Itupararanga”, no valor de R\$ 850.543,33, revogando e substituindo o plano anteriormente aprovado na 75ª Reunião de 24/11/2015, e autorizando a utilização dos recursos já transferidos à Fundação Florestal em função daquele plano.

Relatoria: Iracy Xavier

**4.3. Plano de Trabalho para “Desconstrução de Edificações e Destinação de Resíduos do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Itutinga Pilões”, no valor de R\$ 8.023.332,97 - FF.**

A equipe da Fundação Florestal informou que esse Plano de Trabalho reflete as ações que já estão em andamento e vêm sendo conduzidas junto à Procuradoria do Estado, no que concerne os processos de laudo de dano ambiental, de autuação de construções inseridas no PESH Itutinga Pilões, ou que estejam em áreas particulares pendentes de regularização ou, ainda, que estejam em áreas públicas ou devolutas e com ocupações, para que haja o imediato ingresso de ações civis públicas sobre elas. Informou também que a Fundação Florestal conseguiu identificar 94 edificações que estão em diferentes etapas deste processo (identificação, autuação, sentença e/ou no aguardo do trânsito em julgado) para que se possa executar medidas de desconstrução ao final desses processos. Alertou sobre o acompanhamento dessa questão pelo GAEMA-MP, que tem pressionado a gestão da Fundação Florestal para resolução dos problemas.

**DELIBERAÇÃO:** Após a apresentação e justificativas, a CCA deliberou aprovar o Plano de Trabalho para “Desconstrução de Edificações e Destinação de Resíduos do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Itutinga Pilões”, no valor de R\$ 8.023.332,97.

Os recursos necessários para suprir as atividades desse plano de trabalho serão provenientes do FPBRN.

Relatoria: José Ronal Moura de Santa Inez



**4.4. Plano de Trabalho para “Mudanças Climáticas de um fragmento urbano de Mata Atlântica na Região Metropolitana de São Paulo: Um estudo integrado de Geoquímica e Palinologia”, no valor de R\$ 564.537,89 – IPA.**

O Conselheiro dr. Ricardo Rodrigues, em sua relatoria do Plano de Trabalho, questionou a solicitação de 3 conjuntos de adaptadores, lentes e câmeras, solicitando sua justificativa.

A equipe do IPA justificou que esses 3 conjuntos atenderiam o volume de trabalho não só deste projeto, mas do laboratório que atende aos alunos em outros projetos também.

O Conselheiro dr. Ricardo Rodrigues entendeu a justificativa da equipe do IPA e concordou com a solicitação proposta. Pediu, adicionalmente, que fosse incluído como indicador de monitoramento desse projeto as publicações científicas decorrentes do plano.

O Conselheiro Fabio Aguilera questionou se o IPA havia apresentado a anuência da CPP como órgão gestor do PE Fontes do Ipiranga, lembrando que essa é uma prerrogativa para os Planos de Trabalho de pesquisa, o que foi confirmado positivamente pela equipe do IPA.

**DELIBERAÇÃO:** Após as justificativas apresentadas sobre a necessidade dos 3 conjuntos de lentes, adaptadores e câmeras, a CCA deliberou aprovar o Plano de Trabalho para “Mudanças Climáticas de um fragmento urbano de Mata Atlântica na Região Metropolitana de São Paulo: Um estudo integrado de Geoquímica e Palinologia”, no valor de R\$ 564.537,89, e com a observação proposta pelo relator dr. Ricardo Rodrigues, de que seja incluído como indicador de monitoramento desse plano, as publicações científicas decorrentes do projeto.

Os recursos necessários para suprir as atividades desse plano de trabalho serão provenientes do FPBRN.

Relatoria: Ricardo Ribeiro Rodrigues

## **5. APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO**

**5.1.** Apresentação do Relatório de Acompanhamento de Execução dos Planos de Trabalho – Fundação Florestal.

**5.2.** Apresentação do Relatório de Acompanhamento de Execução dos Planos de Trabalho – Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA.

**5.3.** Apresentação do Relatório de Acompanhamento de Execução dos Planos de Trabalho – Coordenadoria de Parques e Parcerias – CPP.

**5.4.** Apresentação do Relatório Gerencial CCA 2019 ~2022 – Secretaria Executiva CCA.

O Coordenador da CCA, Eduardo Trani, elogiando os relatórios apresentados concluiu a Reunião, afirmando que acertamos nas projeções que fizemos no Planejamento Plurianual de 2020~2024, com uma participação expressiva dos órgãos gestores, resultando numa melhoria na forma de gestão das Unidades de Conservação e no adequado uso dos recursos da compensação ambiental no Estado de São Paulo. Que a compensação ambiental em São Paulo funciona e que a CCA é pró-ativa, pois inovou dentre outros projetos, na forma de aprovar os recursos, exemplificando com a aprovação de recursos para o PSA Juçara, com a combinação de recursos próprios da Fundação Florestal no projeto PSA Mar sem Lixo. Agradeceu a todos os membros da CCA, aos gestores das Unidades de Conservação bem como aos dirigentes de seus órgãos gestores. Agradeceu pelo trabalho realizado, reafirmando que foi um trabalho coletivo muito bem executado, ao longo dos últimos 5 anos e meio sob sua coordenação.